

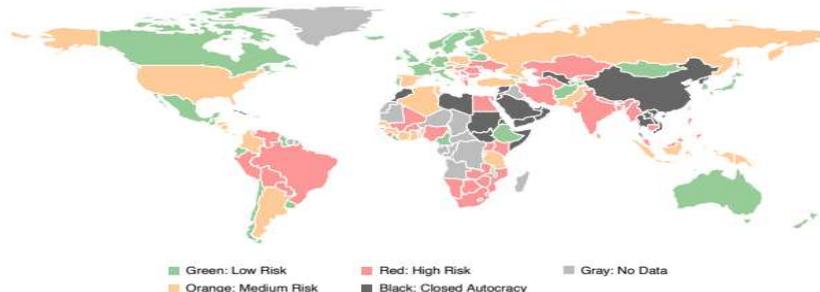


## Por onde anda nosso sentimento de democracia?

Humberto Dantas \*

Indicadores internacionais de percepção sobre a Democracia dão conta de alertar que o Brasil, diante da crise pandêmica que assola o planeta, tem flertado com gestos e decisões pouco condizentes com parâmetros e valores elementares. O V-DEM, Varieties of Democracy, lançou um estudo considerando que certas posturas diante do Covid-19 colocam 48 nações consideradas minimamente democráticas em risco. O Brasil está na lista, de acordo com o mapa abaixo, junto de nações do continente como Peru, Venezuela, Bolívia e Paraguai. Adiciona-se a tal grupo países do sul e do norte da África, estados asiáticos e do leste europeu.

FIGURE 1: PANDEMIC BACKSLIDING RISK INDEX (APRIL 2020)



Fonte: LÜHRMANN; EDGELL; MAERZ. Pandemic Backsliding: Does Covid-19 Put Democracy at Risk? V-Dem Institute, 2020

Em termos mais pragmáticos, e diante do cotidiano vivido no país, o que exatamente seria capaz de nos mostrar algum tipo de afronta à democracia no Brasil? Diferentes analistas apontam para caminhos distintos, que vão desde a sensação de que existiriam exageros nesse tipo de sentimento, uma vez que as instituições

estariam funcionando perfeitamente, e alguns discursos autoritários seriam meras bravatas, até posições capazes de afirmar que o país estaria em absoluto flerte com um novo golpe militar, que o caracterizou em diferentes momentos de sua história, sendo o mais sombrio, recente e traumático aquele deflagrado em março de 1964. O fato é que presidentes e grupos políticos que tiveram seus mandatos ameaçados em tempos recentes apelaram para discursos pouco republicanos e desafiaram a justiça brasileira, bem como o parlamento. Aqui o desafio é entender o quanto o atual governo torna isso mais denso, tendo em vista suas características históricas e pessoais, assim como seus valores.

Na versão atual de ameaças sombrias à democracia, as interpretações mais alarmistas, ou alarmantes, passam pela figura de Jair Bolsonaro. Parlamentar federal por quase 30 anos, seus ímpetos inconstitucionais atrelados à valorização do que chama de Revolução de 1964 nunca foram punidos por seus pares congressistas de forma incisiva e capaz de respeitar o que diz a Constituição Federal de 1988 sobre afirmações dessa natureza. Em 2016, quando votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o então deputado federal falou em memória do militar que a teria torturado, fazendo enfática apologia à figura. A representação contra o parlamentar no Conselho de Ética e Decoro foi arquivada, assim como outras três que o acusavam de racismo (2011), violência física contra um senador (2013) e violência verbal contra uma mulher que ele afirmou “não estuprar porque não merece” (2014).

Desde que chegou ao Palácio do Planalto o atual presidente não deu mostras consistentes de que abandonou a convicção que o caracteriza, contrariando teorias que indicam que a responsabilidade de um chefe do Poder Executivo é expressivamente mais ampla

que a verbosidade de um parlamentar. Assim, alegando respeitar a “liberdade de expressão” de “alguns infiltrados”, Bolsonaro tem sido, faz meses e a despeito das considerações sobre o isolamento social, figura marcante em manifestações que pregam deliberadamente o fechamento do Congresso Nacional, da Suprema Corte Federal e a instalação de um governo que o tivesse como liderança única.

O conjunto da obra de declarações é extenso, e alguns pontos merecem atenção. Na reunião oficial, em prédio público, a que seu filho Eduardo se refere como “secreta”, cujo conteúdo foi tornado público recentemente, seus ministros ofendem deliberadamente o Poder Judiciário e não sofrem qualquer

reprimenda de um chefe que assiste a tudo e comenta aspectos servindo-se de doses cavalares de palavões. Sua prole, inclusive, interfere de forma marcante na agenda oficial do país, e o deputado federal por São Paulo, Eduardo Bolsonaro, afirmou recentemente, diante de um ímpeto ativista e questionável da justiça, que uma ruptura institucional é apenas questão de tempo.

Para completar, em meados de maio, o vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, publicara texto de opinião no jornal O Estado de S. Paulo onde de forma polemicamente sofisticada, a despeito da má aplicação de alguns conceitos teóricos, criticava a liberdade de imprensa – parâmetro elementar da democracia; atacava o que entende ser a característica descentralizada do federalismo brasileiro, visto por estudiosos do assunto como extremamente centralizado; e atacava a divisão dos poderes alocando o Poder Executivo como vítima do Judiciário e do Legislativo. A peça é bem construída, mas os parâmetros que a norteiam flertam preocupantemente com o autoritarismo.

Completa esse universo de posicionamentos a postura de outro general, este titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno. Em documento oficial, de validade jurídica questionável, a missiva buscava responder a um pedido encabeçado, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores ao Supremo Tribunal Federal, de apreensão do telefone celular do Presidente da República. A solicitação parece descabida e tem tom absolutamente provocativo, de uma oposição aparentemente disposta a irritar quem está no poder. Mas qual o limite da resposta de quem está no comando do país? Importante lembrar que o governo do PT foi vítima de um

vazamento criminoso de conversa telefônica da então presidente Dilma Rousseff em março de 2016 por parte do ex-juiz Sergio Moro. A legenda sabe que esse tipo de pedido é absurdo e não será considerado nesse instante pela justiça, mas Heleno escreveu uma mensagem com características oficiais onde em tom de ameaça afirma:

O gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República alerta as autoridades constituídas que tal atitude [de apreensão do celular] é uma evidente tentativa de comprometer a harmonia entre os poderes e poderá ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional.

Poucos dias depois, utilizando-se de suas patentes militares em assombrosa atitude de afronta a princípios legais específicos das forças armadas, um grupo de dezenas de oficiais da reserva assinaram mensagem em “completa, total e irrestrita solidariedade” ao gesto de Heleno. Sugeriram, inclusive de forma textual, “desonestidade da justiça” e afirmaram que esta traz “ao país insegurança e instabilidade, com grave risco de crise institucional com desfecho imprevisível, quiçá, na pior hipótese, guerra civil”.

As críticas ao Poder Judiciário são essenciais à Democracia, mas a ameaça escondida sob o que chamam de patriotismo eterno é algo absolutamente perigoso e que flerta com exageros traumáticos à história do país. No final da carta, os militares sugerem que apesar da idade ainda estão prontos para a luta. Que luta? O que exatamente quem está no poder precisa fazer para reafirmar-se nesse posição? É fato que o brasileiro, caracterizado em diversas obras da sociologia, tem como defeito grave um excesso de convicção e um desapego emocional aos limites que a lei coloca à expressão. Quando isso vem combinado com o uso de patentes e ameaça da força do próprio Estado ao Estado, os olhares do mundo passam a fazer sentido significativo ao semblante fragilizado da Democracia no Brasil.

*As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.*